

**HABEAS CORPUS Nº 493.113 - MG (2019/0040575-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : ELEM CRISTE PEREIRA MAGALHAES OLIVA FERRAZ**  
**ADVOGADO : ELEM CRISTE PEREIRA MAGALHAES OLIVA FERRAZ -**  
**MS0018789**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : JACKSON JUNIO DE ASSIS PINTO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JACKSON JUNIO DE ASSIS PINTO, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou o *writ* de origem.

O acórdão impugnado contém a seguinte ementa (fl. 28):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR - PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES - PRIMARIEDADE, OCUPAÇÃO LÍCITA E RESIDÊNCIA FIXA - CONDIÇÕES INSUFICIENTES À SOLTURA. I - Demonstrada a gravidade concreta do delito de tráfico de drogas e existindo nos autos a prova da materialidade e fortes indícios de autoria, a prisão preventiva, medida de exceção, mostra-se necessária para a garantia da ordem e da saúde pública, sendo insuficiente a aplicação das cautelares previstas no art. 319 do CPP. II - Os atributos pessoais do paciente não podem ser analisados individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranquilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão cautelar.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de ausência de indícios de autoria do delito, bem como dos requisitos ensejadores da segregação cautelar.

Alega ainda excesso de prazo para o início da instrução processual.

Requer, subsidiariamente, a aplicação das medidas alternativas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, evidente constrangimento ilegal.

No procedimento do *writ* não se permite a produção de provas, pois

essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. Alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Quanto ao alegado excesso de prazo, verifica-se que o Tribunal de origem não apreciou a questão no acórdão de fls. 28/31, sendo inviável a análise diretamente nesta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Em relação aos fundamentos da prisão preventiva, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional foi assim fundamentado (fls. 25/27 - com destaques):

[...]

Com efeito, a prisão dos flagrados, analisada sob o aspecto jurídico-constitucional, não comporta oportunidade para relaxamento, tendo em vista, conforme ressaltado, a inexistência de vícios a serem reconhecidos.

Por outro lado, observo que se afiguram presentes o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*, além estar configurado o pressuposto da garantia da ordem pública, permissores de sua conversão em custódia preventiva.

Infere-se os autos que a Polícia Militar recebeu informações privilegiadas acerca da entrega de drogas ilícitas nesta localidade, sendo certo que os entorpecentes estariam sendo transportados em um automóvel GM/Ônix, de cor preta, o qual seria escoltado por outro veículo, um VW/Gol, de cor branca.

Realizado cerco bloqueio em uma das entradas desta cidade, os milicianos avistaram os citados veículos e, feita a abordagem de ambos, constatou-se, primeiramente, que, o investigado Lucas desembarcou do veículo VW/Gol tentando desvencilhar-se da abordagem policial, sendo, contudo, interceptado; submetido a busca pessoal foi arrecadado com o agente 01 (um) cigarro de substância semelhante a "Maconha". Ademais, **os milicianos averiguaram que o condutor do aludido veículo tratava-se do flagrado Marcos Túlio, com quem nada de ilícito foi encontrado. No entanto, no interior do seu carro, os agentes de polícia lograram arrebatar 01 (um) tablete de substância semelhante a "Maconha".**

**Já no interior do outro veículo GM/Ônix, no qual tinha como condutor e passageiro os flagrados Alexandre e Jackson, respectivamente, os militares exitaram em encontrar dentro de uma caixa, 10 (dez) barras de substância semelhante a "Maconha" e, outrossim, dentro de uma mochila de propriedade do primeiro agente, 01 (uma) bucha de matéria-prima da mesma substância entorpecente supracitada.**

Dando continuidade às diligências policiais, os milicianos se dirigiram à residência de Marcos Túlio, na cidade de Belo Horizonte, onde encontraram um pote contendo material semelhante à substância denominada "Skank", a quantia de RS 17.268,00 (dezessete mil e duzentos e sessenta e oito reais) e

também uma arma de fogo calibre 9mm.

A materialidade dos crimes de tráfico de drogas ilícitas e porte/posse de arma de fogo de uso restrito está devidamente demonstrada através do auto de apreensão acostado às fls. 10-11, indicando que foram arrecadados os materiais ilícitos informados.

Os indícios de autoria delitiva, de igual modo, estão suficientemente demonstrados através dos elementos indiciários colhidos, notadamente a prova oral, cabendo ressaltar as declarações do policial militar condutor, afirmando detalhadamente toda a empreitada que levou à apreensão das substâncias entorpecentes que os flagrados possivelmente transportavam e daquelas outras que cada um deles traziam consigo, bem assim da droga ilícita e da arma de fogo de uso restrito que o investigado Marco Túlio mantinha sob sua posse no interior de sua residência.

Os crimes sub judice apresentam natureza dolosa e as penas máximas cominadas (reclusão) individualmente ultrapassam o patamar de 04 (quatro) anos, subsumindo-se à hipótese do artigo 313,1, do Código de Processo Penal.

**No caso em tela, a prisão preventiva, tendo como fundamento a garantia da ordem pública visa impedir que os investigados, soltos, continuem a delinquir, existindo evidente perigo social decorrente da demora em se aguardar o provimento judicial definitivo, mormente em se considerando a narrativa dos fatos, a indicar que os quatro investigados, juntos e de forma premeditada e aparentemente bem arquitetada, transportavam até esta cidade grande quantidade de substância análoga a "Maconha", a fim de repassá-la a terceira pessoa identificada apenas pela alcunha de "Tatu", demonstrando fortes indícios de íntimo envolvimento com a prática da mercancia ilícita, legitimando suspeitas de que os autuados integram organização criminosa, afinal, a própria quantidade de drogas trazida de outro município demonstra um razoável poderio econômico, que não seria fruto senão de uma atividade ilícita bem organizada e já suficientemente capitalizada.**

Não bastasse, no interior da residência de Marcos Paulo foi encontrado material semelhante à substância ilícita vulgarmente conhecida como "Skank", além de alta quantia em dinheiro e uma arma de fogo de uso restrito, evidenciado, assim, de forma indiscutível, o claro envolvimento com o narcotráfico, mormente levando-se em consideração, também, a confissão do agente perante a Autoridade Policial acerca da venda da droga.

Diante de todo o exposto, em juízo de probabilidade, invariável a conclusão da possibilidade de continuação da prática criminosa, a qual deve ser coibida, pois a grande quantidade e qualidade das drogas arrecadadas e também a logística de transporte utilizada, certamente constituem evidências seguras de que a atividade ilícita vinha sendo promovida de forma habitual e organizada, sendo certo, portanto, que a situação de liberdade dos indiciados coloca em risco a própria objetividade jurídica que se pretende resguardar na norma, gerando não apenas a intranquilidade pública mas a sensação de impunidade, pois o tráfico de drogas, além de ser um delito extremamente grave é fomentador de diversos outros crimes, mormente aqueles contra o patrimônio

e a vida, produzindo violência e intranquilidade ao meio social.

Ademais, cumpre-me destacar a inclinação reiterada dos investigados Lucas Machado e Marcos Túlio para a prática de crimes, pois, conforme se afere dos documentos amealhados aos autos, ambos ostentam diversos registros criminais e também condenações pela prática de crimes dolosos com sentenças transitadas em julgado, estando configurado, quanto a eles, a hipótese do artigo 313. II. do CPP.

[...]

Assim, considerando que o conceito de garantia da ordem pública visa prevenir a reprodução de fatos criminosos e, também, a gravidade dos delitos e que a conveniência da medida de prisão deve ser revelada pela sensibilidade do Juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa, entendo que estão presentes todos os requisitos da prisão preventiva.

Demais disso, como dito, a segregação provisória revela-se a medida cautelar processual penal mais adequada, não se declarando eficazes ou recomendáveis quaisquer das outras medidas elencadas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Posto isso, presentes os requisitos constantes dos artigos 312 e 313 do CPP, e tendo em vista a inadequação/insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, com fundamento no artigo 310, II, do diploma legal supra, CONVERTO as prisões em flagrante dos investigados Marcos Túlio Miranda, Lucas Machado Almeida Fiel, Jackson Junio de Assis Pinto e Alexandre Alves de Avelar, em custódias preventivas.

[...]

Como se vê, a decisão apresenta fundamentação que, neste juízo inicial, deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, pois evidência a apreensão de grande quantidade de entorpecente, sendo 1 tablete de substância semelhante a maconha e 10 barras da mesma substância.

Ressalte-se que não foi juntado aos autos o laudo de constatação preliminar de substância entorpecente, razão pela qual não se pode aferir, neste momento, a quantidade exata de droga apreendida.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a

custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ademais, o necessário exame mais aprofundado da suficiência da cautelar ocorrerá de melhor modo diretamente na Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações, com o envio do laudo de constatação preliminar de substância entorpecente.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator